



Diálogo Brasil

Online. **FOOD SYSTEMS DIALOGUES**

*DIÁLOGOS SOBRE OS
SISTEMAS ALIMENTARES*

Organização

Instituto Comida do Amanhã

Curadoria

José Graziano da Silva

curadoria empresarial



SOBRE O FOOD SYSTEMS DIALOGUES

foodsystemsdialogues.org

O ganhador do World Food Prize concedido pela Norman Bourglow Foundation, David Nabarro, iniciou em 2018 uma iniciativa global denominada Food Systems Dialogues, pelo qual co-organiza ou dá suporte a sejam realizados Diálogos sobre os Sistemas Alimentares pelo mundo, para que, juntos, esses debates formem uma rede de tópicos e compromissos globais. Trata-se de uma série global de mesas-redondas de discussão facilitada, que encoraja ação coletiva para transformar os sistemas alimentares.

A finalidade principal do Food Systems Dialogues é apoiar a transformação que permita, no futuro, que todas as pessoas tenham acesso a dietas nutritivas e saudáveis a partir de alimentos produzidos de forma sustentável.

Os Diálogos unem diversos atores dos sistemas alimentares – governos, sociedade civil, empresas e academia – para compartilharem perspectivas, examinarem oportunidades e compreenderem os compromissos que devem ser assumidos para promover a mudança.

Desde o lançamento em Junho de 2018, mais de 30 Diálogos aconteceram na Europa, Ásia, África, Austrália, e nas Américas do Sul e do Norte, envolvendo mais de 1.900 líderes e profissionais de múltiplas organizações.

SOBRE O INSTITUTO COMIDA DO AMANHÃ

comidadoamanha.org

O Instituto Comida do Amanhã é um think-tank sem fins lucrativos, institucionalmente independente e apartidário, que apoia a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, inclusivos e empoderadores, biodiversos e culturalmente integrados.

A partir de uma visão sistêmica da alimentação, o Instituto produz, adapta e comunica conteúdos e pesquisas; organiza e facilita encontros, eventos, e territórios férteis de reflexão e proposição; e participa de debates de políticas públicas.

Contando com uma grande rede de parceiros, atua de forma interdisciplinar e intersetorial para conscientizar e impactar indivíduos, instituições e tomadores de decisão, com dois objetivos específicos e interdependentes:

- promover uma mudança de comportamento e entendimento sobre a comida e seus impactos; e
- advogar por políticas públicas centradas no direito à alimentação adequada.

INTRODUÇÃO

No dia 24 de junho de 2020 o Instituto Comida do Amanhã realizou o Diálogo Brasil do Food System Dialogues (FSD), em formato virtual, com curadoria do Professor José Graziano da Silva, ex-diretor geral da FAO e special advisor do Instituto, e com apoio curatorial para o setor privado do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

O evento foi realizado no contexto dos impactos do COVID nos Sistemas Alimentares Brasileiros. 43 participantes compareceram, representando uma relevante diversidade de atores do sistema alimentar: desde associações de pequenos agricultores e comunidades tradicionais quilombolas a ex-Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, incluindo pesquisadores; organizações e movimentos da sociedade civil atuando em segurança alimentar e proteção ambiental; setor de finanças sustentáveis, governo municipal, órgãos públicos e autarquias federais; organizações internacionais; organizações de cooperação multilateral; além de empresas com atuação no setor alimentar.

Nas Mesas de Diálogo online os participantes foram solicitados a apresentar uma ou mais propostas de ação para abordar área e desafios específicos dos sistemas alimentares no contexto do COVID, com foco no cenário pós-pandemia no Brasil.

Os tópicos de discussão para os diálogos neste evento abordaram os seguintes temas:

1. Acesso a alimentos saudáveis, resiliência da produção de alimentos saudáveis e remuneração justa para os produtores de alimentos, no cenário pós-COVID.
2. Protocolos sanitários inteligentes: sanidade alimentar e segurança dos trabalhadores em todos os setores de alimentos em resposta ao COVID, sem desencorajar o consumo de alimentos frescos nem punir os processadores de alimentos artesanais.
3. Receitas dos produtores de alimentos e ruptura das cadeias alimentares devido aos impactos da COVID.
4. Resiliência dos sistemas alimentares a futuras pandemias, com manutenção de políticas alimentares estruturais.
5. O sistema alimentar pós-COVID alinhado à implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
6. Disrupções nos sistemas alimentares pela pandemia de COVID e a oportunidade de aumentar a informação dos consumidores de todas as faixas de renda sobre as origens e os impactos da cadeia alimentar.
7. Eficácia das medidas emergenciais, das políticas estruturais e regulares, e das parcerias público-privadas para o combate à fome, à insegurança alimentar e à obesidade, no cenário pós-COVID.

Os tópicos de discussão foram formulados como um conjunto ambicioso de "cenários de futuros ideais" dos sistemas alimentares, para promover uma discussão propositiva de como alcançar essas realidades. Os temas de debate inseridos nos tópicos de discussão são apresentados abaixo, seguidos das propostas que surgiram em resposta a essas provocações, bem como das discussões que levaram a essas propostas.

Como é a norma em eventos FSD, nenhuma das propostas descritas neste relatório é atribuída a qualquer indivíduo ou organização em particular, garantindo assim o anonimato das falas dentro das regras de Chatam House.

As propostas aqui apresentadas não receberam necessariamente o apoio unânime de todos os participantes; o objetivo deste relatório é capturar as recomendações feitas no evento, a fim de permitir que a continuidade e o consenso – um "fio condutor" – possa emergir ao longo de todos os eventos do FSD pelo mundo.

#1

ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS, RESILIÊNCIA DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, E REMUNERAÇÃO JUSTA PARA OS PRODUTORES DE ALIMENTOS NO CENÁRIO PÓS-COVID.

CENÁRIO DE FUTURO IDEAL:

“

A produção de alimentos saudáveis atualmente disponível, mesmo após a pandemia de COVID, alcança todas as classes sociais, especialmente os mais vulneráveis, com perdas e desperdícios reduzidos, além de garantir que produtores e produtoras são adequadamente remunerados pelo seu trabalho.

”

PROPOSTA # 1

Embora não haja uma solução única para a transformação dos sistemas alimentares, novos modelos de produção, distribuição e consumo de alimentos são necessários para tornar os alimentos saudáveis acessíveis a todos e, ao mesmo tempo, garantir remuneração justa aos produtores de alimentos. Essas transformações são necessárias principalmente em nível local (apoiado por governos locais e organizações locais) com o objetivo de combater desertos alimentares, encurtar cadeias de distribuição, reduzir perdas alimentares, bem como fomentar modelos de produção de alimentos que aumentem o poder do coletivismo e associativismo e que valorizem a agricultura regenerativa em todas as suas formas (agroecologia, agricultura regenerativa, rotação de culturas com abordagem holística) e o real papel da mulher na produção de alimentos.

PROPOSTA # 1

JUSTIFICATIVAS

Cooperativas e todas as formas de associações organizadas entre produtores de alimentos são atores-chave (e devem ser estimulados por políticas públicas) para orientar os produtores em tópicos como: (i) informações de oferta e demanda, (ii) custos de produção e parâmetros para pagamentos justos, (iii) contratos de compra e aquisição, e (iv) educação financeira.

O associativismo também é fundamental para empoderar as comunidades tradicionais (“caiçara”, “quilombola”, povos nativos) bem como as redes que essas comunidades podem construir para acessar os mercados urbanos e conectar a produção de alimentos com pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Além disso, se as comunidades tradicionais também são consideradas como uma fonte de conhecimento alimentar, apoiá-las e empoderá-las é essencial para garantir sistemas alimentares sustentáveis e resilientes.

O reconhecimento do nexus floresta-cidade-maré é uma forma importante de aliar práticas agrícolas sustentáveis com fornecimento de alimentos saudáveis.

Os mercados são mais fáceis de acessar e as perdas de alimentos são mais fáceis de prevenir quando entidades coletivas assumem a liderança e, por exemplo, ajudam e apoiam os produtores de alimentos a acessar as feiras ou a estruturar arranjos do tipo CSA (CSA = comunidade que sustenta a agricultura), e fazer uso inteligente do excedente de alimentos.

O fortalecimento da narrativa de “Comer como um Ato Político” dá visibilidade aos consumidores da cidade sobre a importância e a necessidade de agir pela preservação e defesa dos territórios e a valorização das comunidades tradicionais, fomentando discussões como a reforma agrária, o valor da medicina tradicional, da floresta em pé e a educação agroecológica no campo.

Organização e liderança integradas são necessárias para fazer com que os diferentes atores dos sistemas alimentares integrem e compartilhem seus planos de ação para a transformação positiva do sistema.

#2

PROTOCOLOS SANITÁRIOS INTELIGENTES E INCLUSIVOS: SANIDADE ALIMENTAR E SEGURANÇA DOS TRABALHADORES EM TODOS OS SETORES, EM RESPOSTA À COVID.

CENÁRIO DE FUTURO IDEAL:

“

Há baixo risco de contaminação por COVID entre todos os atores da cadeia de alimentos, do campo ao prato. Estão em prática protocolos sanitários e de rastreamento inteligentes e inclusivos: a alimentação segura é também nutritiva e adequada, sem excluir arranjos locais de produção e consumo.

”

PROPOSTA # 2

As regras locais, estaduais e federais de alimentos seguros devem ser harmonizadas e melhor integradas para facilitar o seu cumprimento.

Todos os mecanismos de segurança dos alimentos devem ser desenhados com a participação de múltiplos atores, conectando o conhecimento técnico com a experiência prática dos principais atores de cada setor da cadeia alimentar, especialmente as pequenas e médias empresas. Tais regras e diretrizes devem ser disseminadas por meio de plataformas de compartilhamento de conhecimentos e conteúdos que levem em consideração a realidade de cada setor alimentar. O apoio financeiro é a chave para a viabilidade de protocolos sanitários do campo ao prato.

Além disso, os protocolos e técnicas de alimentação segura não devem dissociar os aspectos biológicos e os culturais da diversidade territorial dos alimentos, nem se tornar uma fonte de padronização e homogeneização das dietas: a soberania alimentar deve ser, portanto, um princípio orientador da regulamentação de alimentos seguros.

O setor de alimentos e bebidas pode fazer parte do processo educacional do consumidor (sobre protocolos inteligentes de segurança dos alimentos) demonstrando sutilmente a necessidade de protocolos sanitários rigorosos, mas não excessivos, que proporcionarão segurança ao mesmo tempo em que manterão alimentos nutritivos e frescos no prato.

PROPOSTA # 2

JUSTIFICATIVAS

Protocolos rigorosos de segurança alimentar para todos os setores da cadeia alimentar, projetados para outros patógenos conhecidos, já estão em vigor na regulamentação brasileira e protocolos específicos para coronavírus se encaixariam facilmente neles. A rastreabilidade e a análise de alimentos são, na verdade, as formas mais novas de controle de segurança alimentar, que precisam ser mais bem compreendidas, disseminadas, ensinadas, e objeto de acesso financeiro e técnico facilitado. Esses protocolos e técnicas não devem enfraquecer nem desestimular os aspectos da sociobiodiversidade dos alimentos, mas ser equilibrados com a diversidade territorial e cultural.

Os pequenos agricultores, principalmente os que produzem de forma agroecológica, já estão no limite da sua capacidade financeira, cada vez mais pressionados ao cultivo de commodities para a sobrevivência econômica, e com perda de acesso a diversos mercados devido às medidas de prevenção da COVID. Portanto, mantê-los cultivando alimentos nutritivos ("comida de verdade"), mesmo em tempos de pandemia, é – ou deveria ser – uma força-tarefa de várias autoridades.

#3

RECEITAS DOS PRODUTORES DE ALIMENTOS E RUPTURA DAS CADEIAS ALIMENTARES DEVIDO AOS IMPACTOS DA COVID.

CENÁRIO DE FUTURO IDEAL:

“

Produtores rurais, cooperativas, pequenos e médios negócios não têm suas receitas afetadas pelas medidas restritivas implementadas em resposta à pandemia de COVID ou outras semelhantes.

”

PROPOSTA # 3

*Em nível nacional, devem ser retomadas ou impulsionadas muitas políticas existentes (como o programa nacional de aquisição de alimentos – PAA e o programa nacional de alimentação escolar – PNAE, ambos direcionados à compra da produção dos agricultores familiares; a política nacional de agroecologia e produção orgânica – PNAPO, incluindo apoio financeiro e assistência técnica; programa nacional para inclusão e melhoria da segurança alimentar; e programas estaduais e nacionais para combater a pobreza rural e garantir a resiliência da água no nordeste do Brasil, incluindo aqueles com apoio do FIDA) e estruturas de governança de políticas anteriores (o agora extinto conselho nacional de segurança alimentar – CONSEA), a fim de mitigar ou mesmo reverter a trajetória atual de disrupção dos sistemas alimentares devido ao enfraquecimento e endividamento dos pequenos agricultores. Algumas ações emergenciais governamentais também deveriam ser implementadas, como o projeto de lei * que daria no período da pandemia, por meio de medidas de abertura de crédito e fomento à produção de alimentos*

*(*o PL 735/2020 foi aprovado pelo Congresso Nacional em 5 de julho, porém vetado pela Presidência da República em 26 de agosto)*

não-commodities”; a criação de CEASAS (centrais de abastecimento estaduais) itinerantes, destinados à produção dos agricultores familiares; e até mesmo o uso inteligente de incentivos fiscais tanto para pequenos agricultores quanto para pequenas e médias empresas que comprem alimentos de pequenos agricultores. Além disso, as políticas alimentares locais – ainda pouco desenvolvidas e disseminadas no Brasil, apesar de alguns exemplos muito bons – devem ter um papel maior na garantia da resiliência dos sistemas alimentares locais e do apoio à agricultura familiar.

Os municípios devem dar mais atenção às estratégias alimentares municipais, devido à importância de fomentar as cadeias de abastecimento locais e o acesso a alimentos saudáveis. Devem ser facilitadas as vendas diretas do produtor ao consumidor, a fim de encurtar as cadeias de abastecimento de alimentos frescos e nutritivos (sem perder o controle sobre a segurança dos alimentos), e devem ser feitos investimentos em suporte tecnológico para garantir o acesso digital dos pequenos agricultores e o uso de aplicativos e softwares para o comércio local. Por fim, dada a vocação dos agricultores familiares à produção pecuária em regime de não confinamento, deveria-se investir e incentivar práticas de bem-estar animal.

PROPOSTA # 3

JUSTIFICATIVAS

Há quase um consenso de que o apoio do governo brasileiro à segurança alimentar universal e à agricultura familiar está em queda livre. Os orçamentos alocados para programas relacionados a esses temas diminuiram muito nos últimos anos.

A pandemia de COVID apenas destacou esta tendência de queda e exacerbou os impactos negativos do desmantelamento das políticas estruturais, ao adicionar o prognóstico de uma recessão econômica mundial e todo tipo de limitações logísticas impostas à distribuição de alimentos. Ainda que os agricultores de grande escala também tenham sofrido os impactos da pandemia, foram os pequenos agricultores, os pequenos produtores e os povos tradicionais que sofreram mais. Portanto, é um desafio econômico que se soma a um social.

A importância de políticas, estratégias e ações no nível municipal ficou mais clara, e uma série de medidas poderiam ser tomadas localmente para garantir que os produtores tenham acesso aos mercados ao mesmo tempo que os consumidores – especialmente aqueles em vulnerabilidade – tenham acesso a alimentos saudáveis. O fechamento de feiras, escolas e outras cadeias de abastecimento de alimentos locais impactou a renda dos produtores de alimentos e a qualidade da alimentação das crianças e das famílias.

#4

RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES A FUTURAS PANDEMIAS, COM MANUTENÇÃO DE POLÍTICAS ALIMENTARES ESTRUTURAIS.

CENÁRIO DE FUTURO IDEAL:

“

Os sistemas alimentares são resilientes a futuras epidemias: continuam a funcionar normalmente, mesmo em constante ameaça de novos surtos de COVID, sem interrupção de programas de segurança alimentar e nutricional, nem abalos ao abastecimento e à distribuição de comida.

”

PROPOSTA # 4

Uma das melhores conquistas brasileiras de políticas públicas – a estratégia de articular a alimentação escolar com a agricultura familiar por meio da compra institucional de alimentos – deve ser reforçada para garantir a resiliência dos sistemas alimentares. É essencial que essas políticas – reconhecidas internacionalmente – permaneçam em vigor sem perda de orçamentos ou meios de implementação. O modelo hegemônico dos sistemas alimentares brasileiros deve se submeter a medidas profundas capazes de combater as raízes desse modelo desigual e de possibilitar a transição para um sistema alimentar sustentável, alicerçado na economia local. As metas devem ser, do lado da oferta, aumentar a produção agroecológica e orgânica de alimentos e fornecer suporte contínuo à agricultura familiar; e do lado da demanda promover a conscientização do consumidor, por meio do compartilhamento de informações e narrativas de comunicação que destaquem a importância da alimentação saudável e a percepção dos consumidores como ativistas da mudança. Para tanto, é importante também que seja retomado o modelo de governança de políticas públicas que

vinha sendo bem sucedido há anos: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com a execução do sua legislação de base (a LOSAN) e o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e uma Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) que seja verdadeiramente ativa (que está atualmente perdendo o prazo para a elaboração do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). A (atual) falta de diálogo entre o governo federal e a sociedade civil deve ser substituída pela retomada de um processo intersetorial e interdisciplinar de formulação e monitoramento de políticas nacionais, bem como pelo empoderamento dos conselhos municipais – reconhecendo o papel da sociedade civil e das organizações não governamentais como importantes agentes de advocacy e de construção de arranjos inovadores para enfrentar os desafios dos sistemas alimentares. O fortalecimento das entidades de governança e a retomada de políticas estruturais que atendam à resiliência dos sistemas alimentares exigem orçamentos reais e consideráveis, com recursos orientados para – e a execução acontecendo em – nível local, especialmente onde as comunidades mais precisam, como periferias urbanas e favelas, bem como comunidades indígenas e tradicionais.

PROPOSTA # 4

JUSTIFICATIVAS

O grupo destacou como o atual governo federal brasileiro está falhando em apoiar a segurança alimentar universal e a agricultura familiar, deixando de lado as principais políticas federais que existiram e foram bem sucedidas por mais de 10 anos. Se essas políticas e programas estivessem funcionando com força total, os povos e comunidades em situação de vulnerabilidade não teriam sentido tanto o impacto da pandemia. A população negra, indígena, as comunidades tradicionais, os moradores das periferias pobres dos grandes centros, etc., estão tendo seus direitos violados e enfrentando trágicas consequências que poderiam ter sido evitadas por políticas sociais eficientes.

Mais uma vez foi considerada a importância e a força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com sua política integrada de compras de alimentos da agricultura familiar, como uma política estrutural que não pode perder orçamento nem relevância. O fechamento das escolas, devido à pandemia de COVID, representou um grande desafio para a exequibilidade do programa no nível local (embora seja um programa nacional, e financiado pelo governo federal, sua execução é feita principalmente pelos municípios, já que lhes compete a execução da educação pública de ensino fundamental). Antes mesmo da pandemia de COVID o

programa já vinha sendo ameaçado por movimentos do Congresso Nacional para revisão do seu regulamento, rebaixando sua importância e abrangência, além de diminuir seu orçamento real.

Com a COVID, a questão principal que se colocou foi como manter os alunos recebendo a alimentação nutritiva gratuita que teriam recebido na escola e, ao mesmo tempo, manter os municípios adquirindo alimentos produzidos pelos agricultores familiares locais – para não desestruturar todo o sistema. O desafio ainda existe, com algumas cidades cumprindo a regulamentação do PNAE e outras não. Uma importante mudança no regulamento foi feita em abril que permite que os alimentos comprados pelas escolas possam ser entregues diretamente para as famílias dos alunos, fortalecendo uma política que conecta a alimentação escolar gratuita e universal (medida de segurança alimentar) com a segurança nutricional e o apoio à agricultura familiar, o que é considerado parte da estratégia para garantir resiliência aos sistemas alimentares no longo prazo, juntamente com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Outra peça fundamental para o futuro da resiliência dos sistemas alimentares é o papel ativo da sociedade civil. Movimentos sociais e entidades de defesa têm feito muito nesse período, mesmo com o fechamento do CONSEA. A sociedade civil vem trabalhando arduamente não só para reivindicar mas também para exercer controle social sobre ações governamentais, tanto em nível nacional quanto local.

Foi tarefa da sociedade civil a consolidação e/ou o desenho de planos ou propostas de ação governamental, como a ampliação do PAA, o desenvolvimento de um guia para a alimentação escolar durante o período de suspensão de aulas, e um projeto de lei de auxílio emergencial para apoiar "campo, florestas e águas".

Muitas conquistas – baseadas na solidariedade e senso de coletividade – foram alcançadas em territórios urbanos vulneráveis, como redes de apoio geralmente lideradas por mulheres, campanhas de doação de alimentos e conexões campo-favela. Embora um novo tipo de consciência do consumidor esteja começando a se formar, a resiliência virá com uma transformação estrutural e não apenas de cunho emergencial – na verdade, a grande indústria de alimentos ainda está ganhando, usando a pandemia e as chamadas ações de solidariedade como uma capitalização verdadeiramente comercial e com publicidade de seus produtos.

A sociedade civil que atua na agenda de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional não recuou com a MP 870/2019 que extinguiu o CONSEA; incidiu no Congresso Nacional para sua revogação; manteve o diálogo e fortalecimento dos Conseas estaduais; e convocou uma Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – um processo de mobilização popular, muito além de um simples evento –; e vem assegurando a articulação entre conselhos de segurança alimentar municipais e estaduais, juntamente com outros atores chave.

#5

O SISTEMA ALIMENTAR PÓS-COVID ALINHADO À IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS (OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL).

CENÁRIO DE FUTURO IDEAL:

“

Tanto os pacotes de recuperação pós-COVID quanto as adaptações em resposta à crise decorrente da pandemia contribuem para a transformação dos sistemas alimentares em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

”

PROPOSTA # 5

Considerando que os ODS são metas políticas que precisam de escolhas políticas para serem cumpridas, as políticas públicas têm um papel decisivo na agenda 2030, e a elevada desigualdade social é provavelmente o principal desafio a ser combatido. Populações em insegurança alimentar – especialmente população negra e habitantes das periferias urbanas –, pequenos agricultores, pequenas e médias empresas da cadeia alimentar, mercados locais de alimentos, trabalhadores do setor alimentar, entregadores, etc. são aqueles em maior vulnerabilidade e em situação desigual, portanto, mais necessitados de atenção política. As políticas públicas devem ser orientadas para os ODS e com enfoque nas soluções de longo prazo, levando em consideração as causas e as raízes das falhas do sistema em curso, que são as mesmas que causaram a pandemia em primeiro lugar. Para tanto, a agroecologia e a soberania alimentar devem ser vistas como princípios norteadores.

Políticas agrícolas que incluem programas de crédito, assistência técnica e apoio tecnológico são essenciais para esse objetivo. Por outro lado, o setor agrícola deve endereçar as pressões internacionais ligadas aos impactos ambientais da atividade, como emissões de GEE e danos provocados aos povos indígenas e tradicionais. Aspectos climáticos e sociais dos sistemas alimentares devem ser vistos e combatidos juntos – não há como cuidar do meio ambiente sem cuidar das pessoas. A fome é um grande obstáculo para a conservação do meio ambiente: a insegurança alimentar e as mudanças climáticas devem ser abordadas em conjunto. Além disso, outro foco de trabalho para atender aos ODS é o encurtamento das cadeias alimentares, a exemplo de alguns arranjos bem-sucedidos entre redes de agricultores familiares e consumidores urbanos. Deve haver cada vez mais colaboração e diálogo entre os atores de diferentes setores dos sistemas alimentares, principalmente entre os tomadores de decisão e a sociedade civil, para possibilitar o desenho de políticas públicas mais amplas e ousadas. Além disso, as autoridades locais e as ações municipais devem entrar nesses debates, e as cidades devem assumir seu papel de impulsionadoras de sistemas alimentares sustentáveis.

PROPOSTA # 5

JUSTIFICATIVAS

Faltam apenas 10 anos para o cumprimento dos ODS e muito pouco foi feito nesse sentido no Brasil. A pandemia de COVID apenas acentuou as raízes profundas da desigualdade social e da concentração de mercado que leva ao colapso dos sistemas alimentares. E a comida está ligada a todos os ODS.

O grupo não reconheceu qualquer ação forte sendo tomada ou preparada pelo governo federal para atenuar os impactos socioeconômicos da pandemia. O Brasil está vendo programas e ações emergenciais e assistencialistas, ao invés de ações estruturais com visão de longo prazo. As desigualdades dos sistemas alimentares estão causando uma espécie de “nutricídio”, uma vez que são as populações vulneráveis (população negra e habitantes de periferias urbanas), que estão geralmente em situação de insegurança alimentar severa a moderada, as que mais sofrem. Mais uma vez foi apontada a ruptura da alimentação escolar e do acesso dos agricultores familiares aos mercados.

Foi apontado que deve ser colocado um foco maior na produção de alimentos, com uma abordagem 360° de seus desafios e possibilidades, considerando tanto a necessidade de produzir alimentos para alimentar a população, quanto a possibilidade de encurtamento das cadeias alimentares com redes de agricultores familiares distribuindo alimentos diretamente aos consumidores finais – como alguns bons exemplos vistos durante a pandemia. Por outro lado, a mudança de hábitos de consumo alimentar, com o aumento de delivery de alimentos e refeições durante a pandemia, tornou os contratos de trabalho no setor de alimentos mais precários e aumentou a necessidade de medidas higiênicas e o uso de embalagens plásticas, provavelmente aumentando a pegada de carbono.

Os ODS não estão embutidos nas políticas e legislações brasileiras como deveriam, e muito ainda precisaria ser feito. Ressaltou-se que as diversas zoonoses que causam epidemias e pandemias estão enraizadas na má relação entre o ser humano e o meio ambiente. Os recursos estão cada vez mais escassos e a agenda ambiental brasileira está desatualizada. À medida que as pessoas se urbanizam, perdem as referências da vida rural, dos campos e das florestas. É por isso que a cooperação e as parcerias são mais indispensáveis do que nunca.

#6

DISRUPÇÕES NOS SISTEMAS ALIMENTARES PELA PANDEMIA DE COVID E A OPORTUNIDADE DE AUMENTAR A INFORMAÇÃO DOS CONSUMIDORES DE TODAS AS FAIXAS DE RENDA SOBRE AS ORIGENS E OS IMPACTOS DA CADEIA ALIMENTAR.

CENÁRIO DE FUTURO IDEAL:

“

Após a pandemia de COVID, consumidores de todas as classes sociais conhecem cada vez mais a origem dos alimentos que compõem suas dietas, conhecem a cadeia de fornecimento do campo ao prato, e são cientes dos impactos que essa cadeia gera no sistema alimentar como um todo.

”

PROPOSTA # 6

Não apenas os modelos de produção de alimentos, mas também os modelos de consumo de alimentos precisam ser revistos. Políticas de segurança alimentar e nutricional devem ser restabelecidas e / ou avançadas; os alimentos desperdiçados devem ser classificados, qualificados e redirecionados, se possível, para pessoas em insegurança alimentar; a agroecologia e a agrofloresta devem ser popularizadas; e novas parcerias multissetoriais devem ser incentivadas – como as existentes em comunidades produtivas da Amazônia, onde a ineficiência do Estado, tanto para fiscalização quanto para apoio à infraestrutura de escoamento da produção, é a regra. É essencial que os consumidores de todos os níveis de renda possam escolher e acessar os alimentos nutritivos locais.

PROPOSTA # 6

JUSTIFICATIVAS

Embora a regulamentação de rotulagem dos alimentos seja extremamente importante para atender o direito dos consumidores à informação, devem ser elaboradas e implementadas políticas de informação para tornar as informações sobre dietas saudáveis e os desafios dos sistemas alimentares acessíveis a todos os consumidores, incluindo famílias de baixa renda.

A informação qualificada sobre a alimentação não é apenas um direito, mas uma necessidade para melhorar as dietas padrão. A informação é necessária para permitir que os consumidores escolham alimentos verdadeiramente nutritivos em vez de commodities, e para poderem se engajar ativamente com a redução do desperdício de alimentos. Por outro lado, os pequenos agricultores familiares e comunidades produtivas deverão ter oportunidade de ter acesso a crédito e à infraestrutura necessários para que possam se desenvolver de forma sustentável. É importante estabelecer uma economia da floresta e valorizar seus produtos.

#7

EFICÁCIA DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS, DAS POLÍTICAS ESTRUTURAIS E REGULARES, E DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA O COMBATE À FOME, À INSEGURANÇA ALIMENTAR E À OBESIDADE, NO CENÁRIO PÓS-COVID.

CENÁRIO DE FUTURO IDEAL:

“

As medidas emergenciais, o sistema de proteção social existente e os arranjos intersetoriais – somados às ações ordinárias de políticas de saúde, educação e segurança alimentar – foram e são suficientes tanto para garantir que a fome não se instalasse massivamente após a pandemia de COVID, quanto para reduzir o número de pessoas obesas na população.

”

PROPOSTA # 7

O acesso regular e universal a alimentos nutritivos depende de fatores multidimensionais, mas o mais importante é liderança política. A insegurança alimentar e a obesidade são temas que devem estar continuamente presentes na formulação e acompanhamento de políticas públicas. Esses não são problemas temporários. As ações para combater a desnutrição e manter seus índices controlados nunca podem parar. A coordenação multinível e as entidades de controle social são fundamentais para a eficiência dessas políticas. Os esforços devem ser direcionados tanto para a educação nutricional – para aumentar a consciência sobre a importância de dietas baseadas em alimentos frescos, hortaliças e frutas – como também para a educação para

a cidadania – os cidadãos devem entender a importância de participar dos processos de formulação de políticas, que levarão a valorizar e incentivar a liderança comunitária. Outra ação necessária: aumentar o diálogo entre os vários departamentos governamentais (reuniões interministeriais ou grupos de trabalho) e entre os diferentes níveis de governo (o governo federal deve dialogar com os governos estaduais e locais). Os arranjos intersetoriais e os diálogos também são fundamentais para a eficiência das políticas alimentares. A alimentação sustentável e saudável está diretamente ligada à produção sustentável de alimentos, que depende do fortalecimento da agricultura familiar e do incentivo ao cooperativismo. A produção de alimentos saudáveis também exige mais mão-de-obra, portanto, se mais alimentos saudáveis forem demandados, mais empregos e renda serão gerados.

PROPOSTA # 7

JUSTIFICATIVAS

Todas as formas de desnutrição são originárias de dietas pobres e não saudáveis. Deveria haver mais políticas voltadas para o combate à obesidade e à fome / insegurança alimentar, mas seu sucesso depende da participação da sociedade no processo de formulação das políticas. Portanto, uma cidadania mais ativa – estimulada pela educação escolar – é apontada como uma pré-condição para melhores políticas alimentares.

Além disso, considerando que existe um abismo crescente entre o governo federal e os governos locais – mesmo antes da pandemia da COVID – e os governos locais estão cada vez mais conscientes de seu poder, parece haver um grande espaço para o aprimoramento das políticas locais. Porém, notou-se que a coordenação entre os municípios também é necessária e desejável, inclusive por motivos de arrecadação de recursos, uma vez que os recursos direcionados pelo governo federal vêm diminuindo. Os municípios querem ser ouvidos no processo de formulação da política nacional e também ter um papel maior na sua esfera de governo – o modelo federativo brasileiro não garante a coordenação entre os diferentes níveis de governo, o que leva a falhas de sistemas.

Por outro lado, considerando que a fome e a insegurança alimentar têm circunstâncias, dados e causas que variam de acordo com cada região do país, cada território precisará de aspectos particulares de intervenção política para orientar sua forma de combater a fome. A generalização dos instrumentos de política pública não será eficiente.

As políticas alimentares locais devem incorporar conceitos de resiliência e impacto climático e manter o foco na alimentação escolar para promover dietas saudáveis.

Por fim, no que se refere ao combate à fome, foi considerada a importância do foco no meio rural: apoiando empresas rurais não agrícolas e trabalhadores rurais, e fomentando a cultura cooperativista e associativa entre os produtores de alimentos.

CONCLUSÕES

Apesar da participação de diversos atores do sistema alimentar no evento, o enfoque foi colocado nas políticas públicas, na intervenção e ação governamental e na retomada ou reforço das anteriores políticas alimentares nacionais, que vêm sendo reduzidas ou depreciadas nos últimos anos, o que pode ter sido reforçado por uma menor participação de atores do setor privado em relação aos demais setores.

Os grupos sublinharam (i) a importância da participação da sociedade civil no processo de formulação de políticas e na governança das políticas alimentares, (ii) que as políticas estruturais não podem ser esquecidas apesar do atual enfoque nas políticas emergenciais, e (iii) o valor dos diálogos intersetoriais como meio de desenvolver melhores políticas e soluções para enfrentar os desafios atuais dos sistemas alimentares

Como princípios norteadores de todas as propostas, é fácil observar o papel central da agricultura familiar, da agroecologia, das comunidades tradicionais e da soberania alimentar.

Outra forte mensagem resultante dos diálogos é o reconhecimento do poder local, a relevância das políticas e ações locais (como soluções para encurtamento da cadeia alimentar) e da educação para a transformação dos sistemas alimentares.

Está claro que as cidades têm um papel maior a desempenhar no Brasil.





AGRADECIMENTOS

APOIO NA FACILITAÇÃO

- CEBDS – Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
- Comida Invisível
- Fundação Ellen MacArthur, América Latina
- ICLEI, América do Sul
- Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
- Projeto Comida e Cultura
- Reos Partners, Brasil



ENTRE EM CONTATO:

info.comidadoamanha@gmail.com
comidadoamanha.org

Esse relatório está disponível em **comidadoamanha.org/fsd-brasil-2020** onde também poderá encontrar uma versão resumida em Inglês e o vídeo com as falas de abertura e encerramento realizadas por José Graziano da Silva.

A versão Inglês deste e demais encontros FSD pelo mundo podem ser acessadas em foodsystemsdialogues.org.